

## **PSICOLOGIA NA CARNE: ideias psicológicas e a educação do corpo no Brasil (1889-1930)**

Aline Flavia **Valgas** – FE/UFG

Agência Financiadora: Capes

### **Resumo**

Neste trabalho buscou-se revelar as ideias psicológicas que irrompem pelo Brasil na Primeira República e sua influência no corpo dos indivíduos. Partiu-se da premissa de que ideias psicológicas auxiliaram na consolidação da sociedade burguesa no Brasil contribuindo para os processos educativos não só em âmbito escolar, mas também no seio familiar e na fábrica, estes últimos, foco de análise. A partir da problemática anunciada na questão “como se deram as influências da Psicologia nos processos educativos que atingiram ao corpo dos indivíduos no período relativo à Primeira República?” pôde-se ver de modo mais direto, influências da Psicologia na educação dos corpos dos indivíduos na difusão de códigos de condutas específicos a segmentos da população na busca por alterar comportamentos individuais e coletivos considerados danosos para o triunfo da República.

**Palavras-chave:** Ideias Psicológicas; Educação do Corpo; Primeira República.

## **PSICOLOGIA NA CARNE: ideias psicológicas e a educação do corpo no Brasil (1889-1930)**

### *Aspectos Introdutórios*

O texto que se segue tem por objetivo revelar as ideias psicológicas que, no período relativo à Primeira República (1889-1930), irrompem pelo Brasil e sua influência com a educação corporal dos indivíduos. Partiu-se da premissa de que, no período relativo à Primeira República, as ciências contribuíram para o que se convencionou nomear de *melhoramento da raça* e que a Psicologia – ciência em ascensão – foi importante ferramenta para este intento ao contribuir para a difusão de condutas individuais e coletivas que, em uma vertente higienista, contribuiu para a consolidação do Estado burguês no Brasil.

Segundo Antunes (2005), ideias psicológicas estão presentes no Brasil desde os tempos coloniais, contribuindo para o controle das condutas da população brasileira. A autora aponta ainda que na colônia pós-descobrimento, caracterizada pela exploração de matéria-prima para a Europa e pelo trabalho escravo indígena e posteriormente africano, coube aos colonizadores, juntamente com representantes da Igreja, a tarefa de dominar e controlar os escravos para que servissem aos interesses do homem branco europeu. Sendo assim, é possível concluir que situação de exploração de mão de obra escrava exigiu no Brasil desde o século XVI, a organização de um aparelho repressivo e ideológico no sentido de manter e legitimar a colônia.

Ainda Antunes (2005) revela, com base nas obras de Massimi, a existência de articulação entre o pensamento psicológico produzido no Brasil e os interesses da metrópole portuguesa no sentido de promover controle das emoções dos indivíduos e à constituição de uma ordem moral. Aponta ainda que o pensamento psicológico prevaleceu no país e intensificando-se após a chegada da família real no Brasil, em 1808, durante o Império, e posterior à sua queda, na República.

Neste contexto, o pensamento psicológico alçou desde o início do século XIX, privilégios até então não presenciados. Com a Abolição da Escravatura (1888) e Proclamação da República (1889), se deu a abertura para a consolidação de um Estado Burguês, tendo neste contexto um adensamento dos investimentos científicos na tarefa de normalizar a sociedade brasileira, tendo em vista que na passagem do século XIX para o XX, se potencializaram os problemas nos centros urbanos. Com o repentino crescimento demográfico nos centros urbanos devido ao êxodo rural provocado principalmente pela Abolição e pela centralização da vida nas cidades e trabalho industrial, houve o crescimento de problemas urbanos.

Bock (2009) argumenta que o crescimento demográfico descontrolado e a falta de estrutura nas cidades provocaram o caos nos centros urbanos e afirma que o século XIX foi marcado pelo desenvolvimento das ideias de saneamento e higienização – social e moral. Com a consolidação do modo de produção capitalista no país, a tarefa de controlar, higienizar e legitimar diferenças torna-se primordial para a constituição de um homem com novos valores: o homem urbano, afeito ao trabalho fabril, desligado da terra e das tradições espirituais, com aparato físico apropriado para o trabalho citadino e livre de vícios. Neste intento, as ciências humanas e médicas, pautada no positivismo, difundiram ideias psicológicas que auxiliaram na formação desse novo homem, que se deu por meio da educação formal e informal.

Na perspectiva de Bock (2009) a Psicologia, em terreno nacional, foi marcada pelo compromisso social para com as elites no sentido de controlar, higienizar, diferenciar e categorizar os indivíduos. Tendo em vista que contribuiu, em suas bases científicas, com grande parte da intelectualidade brasileira e do grupo político que professava fé na República – a elite cultural, financeira e/ou política do país – com a crença num Brasil Moderno, livre das raízes de séculos de escravidão e regime monárquico.

Neste sentido, observa-se que a Psicologia tem amadurecimento de seu campo de atuação no Brasil a partir do processo de consolidação do modo de produção capitalista, cujo triunfo se dá também por meio de interferências psicológicas no que concerne à vida da população. Tais interferências se apresentarão com primazia no controle das emoções, constituição de padrões de moralidade, apreço ao trabalho fabril, construção de hábitos de higiene e nas políticas educacionais em busca de promover a Modernização do país. Interferências estas que se deram de modo incisivo no corpo dos indivíduos. Trataremos aqui, especificamente das interferências da Psicologia na constituição de padrões de comportamentos em âmbito familiar e fabril, considerando-as para além do público atendido pela instituição escolar.

#### *Brasil República: Pensamento higienista na constituição da família nuclear e do trabalho fabril*

Já no século XIX, foram instalados aparatos disciplinares que vislumbravam a ordem e a higienização da sociedade. Tais aparatos teriam como endereço o corpo dos indivíduos. Soares (2004) destaca que, em nome da civilidade, questões relacionadas à saúde, à higiene e ao corpo passaram a fazer parte das preocupações das elites dirigentes e de intelectuais brasileiros do período. O pensamento hegemônico após a Proclamação da República preocupou-se com as questões relativas ao corpo porque este ocuparia importante papel na sociedade industrializada: cada corpo deveria estar bem moldado para servir ao capital e suas demandas.

Neste sentido, ideias psicológicas permearam a constituição de um novo homem no Brasil, inicialmente pelos processos educativos encampados pelos médicos (higienistas e psiquiatras), pelos educadores e posteriormente, por orientações e práticas de moldagem do homem produtivo ao capital, também nas fábricas, por meio da administração e gestão científica do trabalho (BOCK, 2009; FIGUEIREDO, 1989). À

medicina, porém, coube a tarefa inicial de difundir o controle e a construção deste homem, através de orientações baseadas no pensamento higienista.

Segundo Góis Junior (2005) o Higienismo foi um movimento social que envolveu intelectuais de diversas áreas que surgiu no contexto de expansão do capitalismo industrial e professava a promoção de hábitos saudáveis para o aprimoramento da saúde individual e coletiva dos indivíduos. Para o autor, este movimento chegou ao Brasil mediante reapropriações e reinterpretções do que se propugnou na Europa e embasou as políticas públicas do fim do século XIX e início do XX. Góis Junior (*idem*) caracteriza o movimento higienista brasileiro como um movimento heterogêneo do ponto de vista teórico e ideológico, perpassando por fundamentos biológicos e raciais e pelo liberalismo e antiliberalismo, respectivamente e ainda como não uniforme e divergente onde educação, regulação de casamentos, esterilização e embranquiamento da raça estavam entre as principais pautas do movimento e suas diferentes interpretações.

#### *Ideias psicológicas em âmbito familiar*

Nos investimentos para a condução de novos costumes à população brasileira, segundo Costa (2004), a medicina social interveio no âmbito da família, no intuito de salvaguardá-la e prepará-la para o futuro. As famílias foram, portanto, o núcleo pretendido onde uma nova educação deveria ser gestada baseada em princípios de higienismo: “valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual” (COSTA, 2004, p. 12). Cabe considerar que tais investimentos, deram-se inicialmente pelos médicos às famílias das elites, cabendo às classes populares, coerção e punições corporais realizadas pela polícia sanitária, a fim de promover nos indivíduos empobrecidos a conversão de hábitos, não por meio da educação, mas de repressão e violência. Posteriormente, é que a educação higiênica dirigiu-se a todas as classes.

Assim, pode-se dizer que os higienistas, com o objetivo de modernizar o Brasil, livrando-o do que acreditavam ser sua deficiência física e moral, apostaram no modelo de família nuclear burguesa, para nela, por meio de intervenções sanitárias, alicerçar suas ações voltadas à educação da população brasileira. Segundo Costa (2004) e Rago (1985), no seio familiar, ideais higiênicos foram difundidos no sentido de atribuir novos papéis ao homem-pai, à mulher-mãe-esposa e trazer referências às crianças e

adolescentes. Considerava-se importante investir nas crianças por estarem em processo de formação, sendo menos complexo inculcar-lhes novos hábitos desde a infância. Aos adolescentes, realizaram-se investimentos relativos ao controle dos impulsos sexuais no que se refere a fomentar-lhes sentimentos patrióticos.

Costa (2004) delinea aspectos de um novo homem, em contraposição ao homem colonial, o patriarca com sua enorme prole, escravos, esposa e concubinas, proprietário de vastas terras e detentor de direitos sobre todos os demais da família. O homem moderno, pode-se dizer, começa a ser projetado:

[...] o “pai higiênico” nasceu com outra ética e outra profissão. Em vez de proprietário era um funcionário. Funcionário da “raça” e do Estado, a quem devia dedicar o melhor de suas forças. Seus deveres eram inúmeros; seus direitos diminutos. Devia prover a subsistência da família, otimizar a reprodução física da “raça” e maximizar o patriotismo da sociedade. Deveres superlativos, dos quais emergiam, como meros prolongamentos, seus únicos direitos: direito de trabalhar e direito de fornicar (COSTA, 2004, p. 241, grifos no original).

Há também uma projeção de mulher, carregada de discurso ideológico controlador. As imputações legadas à mulher já desde meados do século XIX, relacionavam-se a crença de que esta, em sua condição de mãe, esposa ou namorada poderia levar à conversão dos indivíduos, considerando que, pelo difundido e moderno sentimento de amor entre pares, a afabilidade feminina livraria os brasileiros dos “venenos sociais”. A expressão “venenos sociais” é utilizada em Mansanera & Silva (2000), para designar o conjunto das degenerações humanas consideradas lesivas ao desenvolvimento da sociedade, a saber, doenças, vícios, apreço ao ócio e ao trabalho subsistente, vadiagens e apreço às corrupções carnavais – que inclusive faziam perderem-se elementos de constituição desta ideologia, ou seja, mulheres.

A imagem da mulher vassala dava lugar a uma mulher moderna, protagonista de um lar moralizado e afetivo. A ela caberia educar os filhos, cuidar da casa e do marido, de modo a livrá-lo dos vícios e prostitutas e transformá-lo no homem dedicado ao sustento da família mediante o trabalho estável.

A “mulher-mãe”, com seu carinho e afetividade, iria educar os filhos contra as degenerações sociais; a “mulher-professora” complementar a educação recebida em casa sobre os perigos dos vícios; a “mulher-noiva”, pela sua paixão, conseguiria estancar o mau comportamento do noivo causado pelas más companhias; a “mulher-esposa”, pelo seu amor e carinho, conseguiria muito do seu marido, evitando que o mesmo caísse no vício do álcool (MANSANERA & SILVA, 2000, p. 128).

A mulher, portanto, passa a ter um papel, imputado pelos higienistas ligado à profilaxia das degenerações sociais, dos venenos sociais. Assim a observância nos comportamentos do homem deu-se em maior ênfase, no sentido de saberem-se como

induzir o abandono de hábitos nocivos ao bom andamento da sociedade rumo à civilização. Rago (1985) sintetiza que cabia à mulher o controle dos detalhes da vida cotidiana de cada membro da família e que recebe a incumbência de vigiar horários dos maridos e filhos, estando atenta aos fatos do dia-a-dia de modo a prevenir qualquer sinal de desvio (p.62).

Cabe ressaltar ainda a questão do aleitamento materno. Um forte aparato ideológico foi montado nas primeiras décadas do Brasil República, no sentido de promover nas mulheres a ideia de que a mulher, devotada ao lar e aos filhos, deveria deixar fruir seus instintos maternos e amamentar seus filhos. Rago (1985) aponta que a medicina higienista, combateu veementemente o aleitamento mercenário e as amas de leite. Higienistas consideravam o leite de outra mulher, que não a mãe da criança, perigoso por ser portador de germes que afetariam o organismo da criança, podendo debilitá-la e degenerar a família (Rago, 1985, p. 78). Neste sentido a nutriz ou ama de leite passa a ser considerada danosa à intimidade da família, intrusa nas novas relações que se buscam estabelecer, pois, “a casa é considerada como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país” (RAGO, 1985, p. 80). Outra mulher no recinto poderia ser um obstáculo à formação da família moderna sadia, pois ela talvez estivesse impregnada de vícios e maus exemplos.

A identidade nacional era estampada por uma população, adoecida, sem princípios patrióticos e atrasada, afeita ao ócio e belezas, distanciada do trabalho produtivo e praticamente toda rural, estando dissonante do projeto de construção de um novo Brasil. Essa população, não era a população que promoveria ou contribuiria para a Modernidade brasileira, pois era composta por homens e mulheres considerados inferiores, dada as suas características genéticas e as condições climáticas do país. A ideologia corrente em meio a representantes políticos, médicos e intelectuais levou a projetos de *melhoramento da raça* mesmo antes de os ideais eugenistas atingirem seu ápice, no século XX. Já em meados do século XIX, foram desenvolvidas políticas imigratórias que se fortalecem no século seguinte. Schwarcz (2012, p. 36) argumenta que: “a imagem do imigrante associava-se à ideia do ‘melhoramento’, seja pelo branqueamento da população, seja a partir da divulgação ampliada de um *éthos* de trabalho”, sendo a promoção da família nuclear e a atribuição de papéis a cada um de seus membros, valiosos para este processo.

No cenário nacional imperava a ideologia de *melhoramento da raça* difundindo a expectativa de formar um povo mais ágil e interessado no trabalho, igualmente ambicioso, menos resistente às transformações. A identidade atribuída ao indivíduo brasileiro rebuscado como preguiçoso, indolente, acabrunhado e doente acabou por adentrar temáticas literárias. A figura do Jeca Tatu, personagem de Monteiro Lobato (1882-1948), tornou-se ponto de referência para a mudança de hábitos e consequente triunfo do indivíduo que seguia orientações dos higienistas. Ao apontar suas primeiras impressões acerca do indivíduo morador do campo, Monteiro Lobato apresenta o Jeca Tatu como o homem simples, tradicional, miserável e improdutivo, não pelo fato de que foi concebido a partir da inferioridade de raças, mas miserável e improdutivo, porque doente (Stancik, 2005).

Na segunda década do século XX, Lobato demonstra, no conto “*Jeca Tatu – a ressurreição*”, a constatação de um médico em afirmar que os motivos pelos quais o Jeca tem aquelas suas características advém de doenças. Stancik (2005) argumenta que Lobato, após acompanhar expedições organizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz, constata que os homens do campo estavam sempre expostos a fatores contaminantes e subnutrição, o que lhes deixava corporalmente frágeis e doentes. Tal constatação adentra ao debate entre intelectuais na aceção de que questões como falta de saneamento, alimentos e água contaminados, maus hábitos de higiene, descarte indevido de dejetos etc. eram potencializadores dessa condição degradada do indivíduo brasileiro.

Essa degradação e demais aspectos que obstruíam a modernização brasileira e a configuração do novo homem não se explicava mais pura e simplesmente por inferioridade racial, passando a ser explicada também por fatores sociais exógenos. Ora, se antes considerava-se o brasileiro rebaixado por motivos de inferioridade racial, a partir da segunda década do século XX, os avanços científicos acendem novas possibilidades para explicar sua degradação. Os maus hábitos de higiene, doenças adquiridas (não raro, na visão dos higienistas e dirigentes por más condutas) e comportamentos vis – alcoolismo, vícios em jogos e prostitutas – abriram espaço para responsabilizar não mais apenas o mestiço citadino ou o caboclo rural, mas também as autoridades que, pouco ou nada, proporcionavam mudanças estruturais.

Segundo Lima & Hochman (2000) a ressurreição do Jeca Tatu é espalhada e direciona-se principalmente às crianças, consideradas em período de formação:

Ao passar acreditar na ciência médica e a seguir suas prescrições, o personagem transforma-se. Livre da opilação, e como consequência de permanente desânimo, torna-se produtivo e, em pouco tempo, um próspero

fazendeiro, competindo com seu vizinho italiano e, rapidamente ultrapassando-o (LIMA e HOCHMAN, 2000, p. 322).

O conto, repleto de uma apologia à obediência aos conselhos médicos, eleva ainda o triunfo do Jeca, que além de tornar-se rico, difunde seus aprendizados aos seus empregados, como um bom educador sanitário. Tal conto poderia ser utilizado como uma metáfora para o triunfo e justificativa para mudanças, inculcando no brasileiro o ideal de que o médico seria seu grande parceiro, pois lhe apresentaria fórmulas para elevar sua posição na sociedade. Neste sentido, forjar um novo homem e uma nova mulher apresentou-se como uma probabilidade maior de, enfim, extirpar traços antigos do povo e produzir no país uma nova cultura, com ares modernos.

Os micro-organismos e os maus comportamentos passaram então a ser os responsáveis pelas mazelas que atacavam ao corpo dos indivíduos e extirpá-los tornou-se tarefa urgente a partir da segunda década do século XX. Assim, o pensamento psicológico, voltado ao controle de comportamentos, imbricado no pensamento higiênico, desponta, ainda mais, como um meio para alcançar as classes corrompidas e contribuir para a modernização brasileira, no intuito de normalizar a sociedade, segundo Antunes (2005):

Busca-se, pois, a normalização da sociedade, com vistas a uma formação social sadia, composta por indivíduos “sadios”; ou seja, é preciso que a sociedade seja organizada, livre da “desordem” e dos “desvios” que devem ser eliminados por meio de um projeto profilático (ANTUNES, 2005, p.28, grifos no original).

Eis que no sentido estrito de prevenir as corrupções, o higienismo, a psiquiatria e também, neste momento, a educação, com base em ideias psicológicas, estarão aliadas na força tarefa de extirpar os males da sociedade e “por nos trilhos” da modernidade o país. Assim, é possível dizer que houve investimentos no seio familiar a fim de por em prática um projeto educativo que levasse os indivíduos a *incorporar* hábitos que a ciência considerava apropriados para um país moderno.

#### *Ideias psicológicas em âmbito fabril*

Segundo Antunes (2005), conhecimentos da psicologia são encontrados no campo da medicina quando, antes da primeira década do século XVIII, teses com temáticas relacionadas ao fenômeno psicológico, começam a aparecer nas faculdades de medicina criadas durante o Império. Os temas pesquisados pode-se dizer, estiveram fortemente ligados a valores morais, tendo ênfase trabalhos acadêmicos voltados ao estudo da sexualidade e vícios, conducentes a loucuras. A autora aponta ainda que a Medicina Social, que adentra a sociedade aos fins do século XIX, elaborou propostas de

higienização a diversos espaços tais como hospitais, escolas, cemitérios, quartéis, prostíbulos, prisões e fábricas.

No que concerne especificamente às relações de produção em solo brasileiro, a Psicologia também aportou contribuições. Preocupações de cunho psicológico relativas à questão do trabalho aparecem desde os tempos da colônia, abordando exatamente a questão da moral, da prevenção às perversões e o controle do processo produtivo, como aponta Antunes (2005). Eis que, na implantação do modo de produção capitalista tais preocupações ampliam-se para produzir novas relações e controlar conflitos. Antunes (2005) aponta que assim, “a psicologia estabeleceu-se definitivamente no pensamento brasileiro, ampliando-se em várias direções e explicitando suas possibilidades de aplicação às necessidades impostas pela vida social” (ANTUNES, 2005, p. 87).

Segundo Ianni (1992), os séculos de escravagismo no Brasil imprimiu ao miscigenado povo brasileiro, a ideia de que o trabalho braçal era algo inferior, pensamento corrente que faz emergir a necessidade de resignificar o trabalho. Surgem, assim, campanhas que levam, como bandeiras, a dignificação do homem por meio da atividade laboral assalariada e combate ao ócio, vícios e preguiça. Fazia-se indispensável inculcar mudanças culturais, derrubar resquícios do trabalho escravo, do trabalho para subsistência, das relações cordiais e do ócio, enfim, promover a dignidade advinda do trabalho produtivo/assalariado incentivando “bons hábitos” e coibindo tudo o que fosse prejudicial à produtividade. Neste sentido, tornou-se imperativo também à psicologia preocupar-se com a otimização e maximização da produtividade, controlar eventuais revoltas no ambiente de trabalho que se alastravam pelos centros urbanos, carregados ainda de comportamentos considerados vis e imorais, que colocavam em risco o processo de modernização no Brasil.

As políticas imigratórias, iniciadas ainda em meados do século XIX, trouxeram em seu bojo, tal como foi citado anteriormente, possibilidades de converter as crenças na inferioridade do trabalho braçal. O imigrante era considerado promissor no exorcismo da inércia e em trazer mobilidade e ambições aos brasileiros, cujos valores de um trabalho para a subsistência e marcado por coerções corporais estavam enraizados. Atendia à necessidade de inculcar novos valores, voltados à produção e consumo em massa.

Contudo, o promissor imigrante, não traz ao país apenas sua identificação com o trabalho assalariado ou a possibilidade de melhoramento da raça: traz também a “degradação dos costumes” – numa terra já considerada degradada. Acompanham

trabalhadores italianos, espanhóis, portugueses, polacos, etc. “um lazer desregrado, vícios em jogos” e ainda, a “nova mania de greves” e a consciência de classe (Rago, 1985). Numa expressão popular, as políticas imigratórias se apresentaram como “um tiro no próprio pé”, desferido pelas classes dominantes em si mesmas. O imigrante pode ter possibilitado mudanças no trabalhador brasileiro, não afeito ao trabalho assalariado, contudo, trouxe maiores preocupações acerca dos comportamentos, aos intelectuais, empregadores e toda a classe dominante.

Indícios de uma anormalidade social, as práticas populares de vida e lazer dos trabalhadores fabris, dos improdutivos, dos pobres, das mulheres públicas, das crianças que vagueiam abandonadas nas ruas vão se tornando objeto de profunda preocupação dos médicos higienistas, de autoridades públicas, de setores da burguesia industrial, de filantropos e reformadores sociais, nas décadas iniciais do século XX (RAGO, 1985, p. 12).

Despontam conflitos nas fábricas e fora das fábricas advindas do conjunto de expectativas, valores e tradições culturais que os imigrantes traziam. O cenário de descontentamento, principalmente relativo às condições de trabalho, frustram as expectativas burguesas constantemente. Os civilizados e brancos homens, advindos da Europa para venderem sua força de trabalho no Brasil, trazem consigo valores de associação de classe e movimentos operários em prol de melhorias.

Inicialmente, o quadro de grandes e explícitas espoliações dos direitos dos trabalhadores, das péssimas condições de trabalho nas fábricas e na vida social dos trabalhadores, demandaram investimentos no controle dos indivíduos. Rago (1985) apresenta reflexões acerca da fábrica, marcando dois momentos distintos da atuação dos empregadores em relação aos empregados. Num primeiro momento, a autora reporta-se à fábrica satânica e num segundo a fábrica higiênica, ambas embasadas pela ideia de incorporar hábitos que melhorassem a produção.

Na fábrica satânica, em busca da produtividade, técnicas de controle dos trabalhadores estarão presentes de modo a impedir que, a consciência de classe se espalhe e que a classe operária torne mais complexo, ainda, o processo produtivo. Os resquícios do trabalho para a subsistência, os comportamentos considerados, pela classe dominante, indolentes em relação ao trabalho assalariado – que segundo Rago (1985), seriam a irregularidade do ritmo de trabalho, o absenteísmo, o pouco comprometimento dos trabalhadores e as preocupações com práticas de lazer consideradas perniciosas à produção relacionadas a vícios e promiscuidades – colocavam em risco os projetos de modernização. Diante de um operariado que se recusa a comportar e produzir como é desejável, de acordo com as normas estabelecidas, “os patrões introduzem

progressivamente tecnologias cada vez mais aperfeiçoadas de adestramento e controle no interior da fábrica” (RAGO, 1985, p. 20).

Instauram-se nas fábricas regras de conduta, controle da produtividade, dos horários, enfim, a racionalização do trabalho para tornar máximo o rendimento dos operários e conter as explosões de revoltas em eminência na sociedade. De acordo com Rago (1985), medidas como a rigidez de horários de entrada, saída, pausa para refeições e necessidades fisiológicas, tempo de permanência nos sanitários, a proibição de contato entre os operários e a fixação dos trabalhadores junto às máquinas a fim de evitar sua circulação pela fábrica, são tomadas como medida profilática para associação e desenvolvimento da consciência de classe entre os operários. Proibição de leitura e circulação de folhetins operários no interior da fábrica e táticas de antiaglomeração, repressão ao álcool, ao fumo, aos jogos, às diversões e às conversas fazem parte do projeto da fábrica satânica. A fábrica se apresenta como ambiente de trabalho insalubre, o que faz com que o operariado, descontente com as condições de trabalho, reivindique, cada vez mais, melhorias através de inúmeras revoltas.

Observa-se na fábrica satânica, punições e recompensas ao operariado, revelando faces da Psicologia Behaviorista: em busca de sanar as dificuldades que se alastram fábrica afora, fortalecidas pelos ideais anarquistas e associação de classes, os empregadores anunciam melhorias de salários aos trabalhadores mais comprometidos. Entretanto, o poder normativo no interior das fábricas permitiu diferenciar e classificar os trabalhadores<sup>1</sup>, comparando suas condutas e expondo-os aos demais. De acordo com Rago (1985, p. 26), aos trabalhadores “indesejados”, medidas punitivas que expunham e ridicularizavam-nos eram tomadas, sendo realizadas exposições de fotografias destes nos quadros de avisos, em locais bem visíveis. A referida autora ainda complementa:

Certamente, muitos outros mecanismos coercitivos atuam no sentido de determinar a produção dos comportamentos disciplinados e produtivos exigidos pelo capital: variação dos salários, intimidação pessoal, remuneração extremamente baixa, “listas negras”, identificação policial nos livretes (RAGO, 1985, p. 26).

Há, ainda, neste primeiro momento, uma intervenção da classe dominante fora do terreno fabril, tal como já foi discutido anteriormente, com a redefinição de novas relações familiares: a promoção de um novo modelo de mulher que deveria dedicar-se

---

<sup>1</sup> A classificação dos trabalhadores remonta da organização de trabalho proposta por Henri Ford e denominada por Gramsci em 1922, de Fordismo. Segundo Antunes (2009), trata-se de um sistema de produção cronometrada, com ritmo controlado e produção homogênea, que concebe linhas de montagem em que o trabalhador se especializa. “A linha de montagem, concebida para funcionar em ritmo seriado, rígido e parcelar, gerou uma produção em massa que objetivava a ampliação do consumo também de massa” (ANTUNES, 2009, p. 247).

ao lar e aos filhos; a nova percepção da infância; a introdução de valores burgueses tais como honestidade, dignidade do trabalho; controle dos impulsos sexuais; promoção da ideia de privacidade em detrimento das reuniões e festas que reuniam as massas em busca de diversão, regadas á álcool, fumo, jogos e prazeres sexuais.

Antunes (2005) aponta que tais medidas acabam por gerar ainda mais revoltas, fazendo despontar cada vez mais uma organização da classe trabalhadora urbano-industrial. A relação contraditória de entre métodos de controle e movimento contestatório da classe operária passa cada vez mais a ameaçar o poder da classe dominante, deixa explícita a necessidade de elaborar novas práticas de controle. São então adotados os princípios da organização científica do trabalho, sustentáculo para novo enfrentamento dos problemas.

Se em princípio para gerar controle e otimizar a produção, o patrão encontrou resistência da classe operária que de certo modo forçou-o a reelaborar as formas de controle, instaura-se posteriormente a ideia da nova fábrica, a fábrica higiênica. As mudanças primeiras pautam-se na própria apresentação da fábrica, que dantes, escura e anti-higiênica, torna-se limpa, clara e agradável no intuito de fazer sentir-se bem, ali estando o operário. Portanto, a valorização da fábrica higiênica é pedra fundamental para a mudança dos regimes disciplinares que buscam atender às demandas capitalistas de produtividade que, de acordo com Rago (1985), pretende tornar o ambiente de trabalho, limpo, iluminado, tranquilo e atraente para o trabalhador. Aportam, também, mudanças nas formas de relacionamento do empregador para com o operariado.

[...] anuncia-se um projeto racional de produção do novo trabalhador, dissolvido enquanto ator e sujeito redefinido enquanto objeto de investimento do poder. A “nova fábrica”, higiênica, racionalizada e moderna deveria então constituir o palco formador da nova figura produtiva, através de formas cada vez mais insidiosas e sofisticadas de dominação. Mas, ao mesmo tempo, deveria figurar como o lugar da atuação de um outro tipo de patrão, moderno e agilizado, em oposição à antiga figura do proprietário despótico, arbitrário e rude do passado [...] passa-se progressivamente para a introdução de novas técnicas moralizadoras, disciplinas doces e suaves (RAGO, 1985, p. 19).

Segundo Angeromi-Camon (1986), os princípios da organização e racionalização científica do trabalho, desenvolvidos na América do Norte por Frederick W. Taylor, compõem o quadro da nova fábrica, a que Rago (1985) denomina fábrica higiênica. Com vistas, então, a proporcionar um melhor ambiente de trabalho, que levaria conseqüentemente a uma melhor produtividade, ideias psicológicas ganham espaço, também, no interior das fábricas. Neste sentido, “a meta passou a ser a obtenção da produtividade através do bem estar. E o *utilizar-se da psicologia* era encarado muito

mais como *técnica de manipulação* do que qualquer outra coisa” (ANGERIMICAMON, 1986, p. 16, grifos no original). Para obtenção de maior produtividade, foram durante as primeiras décadas do século XX realizados testes psicológicos para melhor colocação de funcionários em postos de trabalhos que mais se identificavam.

Cabe ressaltar, que, de acordo com Rago (1985), o poder médico introduz e reafirma denúncias das péssimas condições de trabalho nas fábricas e responsabiliza os empresários pela degeneração moral e física dos operários. As preocupações médico-sanitárias impulsionam inquietações também para o campo da habitação. Assim, multiplicam-se ações voltadas à organização científica do trabalho e do controle dos comportamentos do trabalhador em demais instâncias de sua vida. Condena, ainda, o trabalho noturno que impedia o operário de usufruir da luz do dia e incitava-o a não voltar tão cedo para casa após o trabalho, o que favorecia os vícios e as desordens pelas ruas e nos cortiços. Rago observa que

[...] pela elevação do rendimento do trabalhador, pretendia convencer os industriais da importância da higienização das condições de trabalho e de vida dos pobres. Assim, a purificação do meio ambiente seria um investimento a médio prazo para os patrões, pois produziria em troca comportamentos mais dóceis, produtivos e disciplinados no proletariado (RAGO, 1985, p. 43).

Assim, concomitantemente, investimentos na fábrica, na família estiveram voltados a inculcar, no indivíduo brasileiro, novas condutas de vida que fossem produtivas ao capital. A promoção de um novo modelo de feminilidade, a preocupação especial com a infância e adolescência, a vigilância das atitudes do homem, a política de imigração, investimentos no setor educacional e na higiene das cidades podem ser considerados chaves mestras para abertura do modo de produção capitalista no Brasil.

### *Considerações Finais*

Quando se partiu da premissa de que ideias psicológicas auxiliaram na consolidação da sociedade burguesa no Brasil contribuindo para os processos educativos no seio familiar e na fábrica, foi possível observar que os processos educativos em âmbito familiar e fabril tiveram forte apelo psicológico aos fins do século XIX e início do XX. Isto sinaliza que a Psicologia influenciou processos educativos que atingiram o corpo dos indivíduos, contribuindo para a propaganda de um ideal de família nuclear e de um trabalhador eficaz nos moldes do trabalho assalariado. Partindo disso, pode-se afirmar que a Psicologia, antes ainda de tornar-se uma ciência autônoma

no Brasil, ofereceu, principalmente por meio da ciência médica, subsídios para o controle dos comportamentos dos indivíduos.

Com base no estudo realizado, é possível inferir a presença de ações direcionadas ao corpo dos indivíduos e em seus comportamentos na família e no trabalho, em busca de forjar um homem produtivo, mais receptivo às modificações estruturais trazidas pelo capitalismo, mais dócil e afeito ao trabalho assalariado. A eleger novos papéis ao homem-pai, mulher-mãe/esposa sob o viés higienista, a ciência médica inculcou nestes a tarefa de ser agentes de educação sanitária em seus lares. À mulher, esposa e mãe, coube educar a si, ao marido e aos filhos numa perspectiva de prevenção aos males causados por doenças e maus hábitos. Por meio de processos educativos sanitários e moralizantes inúmeras prescrições médicas acerca da higiene dos corpos pôde-se ver a montagem de um aparato psicológico que inscreveu nos corpos dos indivíduos a reformulação de comportamentos.

Observou-se a repressão às atividades noturnas, principalmente pós-jornada de trabalho, como forma de combate às distrações com jogos, bebidas alcoólicas, tabaco e atividades sexuais, considerados nocivos ao processo de educação para o trabalho assalariado. Buscou-se incorporar nos indivíduos o ordenamento do sexo por meio do casamento e o retorno para o lar depois do trabalho propagando o sentimento de afeto familiar, segurança e privacidade, onde o homem, cercado dos carinhos da esposa e dos filhos, pudesse descansar, refazendo-se para a jornada de trabalho do dia seguinte. Condenando a lascívia e vícios que afetassem o bom rendimento do corpo e possíveis causadores de doenças promoveu-se o lar como espaço de segurança e descanso, procedendo, fora do âmbito familiar com a correção do ócio com base na valorização do trabalho assalariado.

No que concerne à organização do trabalho, as ideias psicológicas atuaram no intuito de fornecer, por meio de testes, a classificação dos indivíduos e suas aptidões e no inculcar de responsabilidades com o trabalho na fábrica. As políticas imigratórias, ligadas à promessa de melhoria da raça brasileira, considerada degenerada por fins de miscigenação entre raças inferiores, suscita à primeira década do século XX, a necessidade de controlar comportamentos e ideologias revolucionárias dos imigrantes, que não estiveram passivos às imposições da classe burguesa em relação ao trabalho assalariado. As tensões trabalhistas conduziram à necessidade de investir em melhorias – mesmo que aparentes – das condições de trabalho, possibilitadas por meio da organização e racionalização científica do trabalho, que promovem a incorporação de

ações específicas em cada área de trabalho, desembocando num adestramento de corpos e no controle dos comportamentos na fábrica.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto (org). **Crise, trabalho e saúde mental no Brasil**. São Paulo: Traço, 1986.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino, **A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição**. 5. ed. São Paulo: Unimarco. EDUC, 2005.

ANTUNES, Ricardo Luis Coltro. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia e Sua ideologia: 40 anos de compromisso social com as elites**. In: *Psicologia e compromisso social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FIGUEIREDO, Marco Antônio de Castro. **O trabalho alienado e o psicólogo do trabalho: algumas questões sobre o papel do psicólogo no controle da produção capitalista**. 3. ed

IANNI, Octavio. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LIMA, Nísia V. Trindade & HOCHMAN, Gilberto. **Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país**. vol. 5 n.2 Rio de Janeiro, Jan. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232000000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S141381232000000200007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 25 fev. 2013.

MANSANERA, Adriano Rodrigues & SILVA, Lúcia Cecília da. **A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da Psicologia no Brasil**. *Psicologia em Estudo*, v. 5, n. 1, p. 115-137, Maringá, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722000000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722000000100008&script=sci_arttext) Acesso em: 25 fev. 2013.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Introdução: As marcas do período**. In: *História do Brasil Nação. Volume 3 Abertura para o mundo 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

STANCIK, Marco Antônio. **Os jecas do literato e do cientista: Movimento eugênico, higienismo e racismo na Primeira República**. Publicatio Ciências Humanas,

Linguística, Letras e Artes, Ponta Grossa, 13 (1) 45-62, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/535/536>>. Acesso em: 25 fev. 2013.